

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Aroldo José de Lima**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcddh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcddh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 015/2018-PGJ, DE 21 DE JUNHO DE 2018.**

*Altera a Resolução nº 011/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, que regulamenta a concessão de ajuda de custo aos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**RESOLVE:**

Art. 1º O art. 4º da Resolução nº 011/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 4º Nos casos de afastamento para prestar serviços em outro órgão ou entidade, a ajuda de custo será paga pelo cessionário.*

*Parágrafo único. Somente na hipótese de requisição pelo Conselho Nacional do Ministério Público, a ajuda de custo será paga pelo órgão de origem do servidor.” (NR)*

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 21 de junho de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2105/2018-PGJ, DE 20.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Aquidauana, José Maurício de Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 18 a 20.6.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda; e tornar sem efeito a Portaria nº 2082/2018-PGJ, de 19.6.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Antenor Ferreira de Rezende Neto.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2119/2018-PGJ, DE 20.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Jardim, Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Bela Vista, no período de 14 a 21.6.2018, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça William Marra Silva Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2123/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Aline Mendes Franco Lopes	14 e 15.2.2015	19 e 20.7.2018
Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	30.11.2014	25.6.2018
Candy Hiroki Cruz Marques Moreira	2.11.2016	29.6.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2124/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Miranda, Talita Zoccolaro Papa Muritiba, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Bonito, no dia 4.7.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2125/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1878/2018-PGJ, de 4.6.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de junho de 2018, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI E PONTA PORÃ</b>			
23 e 24.6.2018	5ª PJ de Ponta Porã	Magno Oliveira João	99825-7430
30.6 e 1º.7.2018	1ª PJ de Amambai	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2068

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI E PONTA PORÃ</b>			
23 e 24.6.2018	1ª PJ de Amambai	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2068
30.6 e 1º.7.2018	4ª PJ de Ponta Porã	Clarissa Carlotto Torres	98478-2389

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2130/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 2ª Promotora de Justiça da comarca de Corumbá, Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 14 e 15.5.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão e no dia 22.5.2018, em razão de férias da Promotora de Justiça titular, Ludmila de Paula Castro Silva.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2131/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1852/2018-PGJ, de 29.5.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao mês de junho de 2018, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
27.6 (18h01min) a 4.7.2018 (7h59min)	7ª PJ	Eduardo FonticIELha De Rose	98478-2087

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
27.6 (18h01min) a 4.7.2018 (7h59min)	11ª PJ	Amilcar Araujo Carneiro Junior	98478-2087

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2132/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídos no período de 28.8 a 6.9.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2134/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO a existência do Convênio de Cooperação Técnica e Científica n. 07/2017, firmado com o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO);

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer trâmites internos para os pedidos de informações e vistorias fundamentados naquele instrumento,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Os pedidos relativos ao Convênio de Cooperação Técnica e Científica n. 07/2017 deverão ser encaminhados pelas Promotorias de Justiça à Procuradoria-Geral de Justiça.

Parágrafo único. A previsão neste artigo não exclui o poder de requisição dos membros do Ministério Público diretamente à autoridade presidente do IMASUL, mas impede o acionamento do convênio, em especial, no que diz respeito à disponibilização de veículo e outros encargos financeiros ou de pessoal assumidos pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 2º Não estão abrangidas pelo convênio, para fins de disponibilização de veículo e outros encargos a serem assumidos pela Procuradoria-Geral de Justiça, as solicitações ou requisições que sejam obrigações legais e vinculadas do órgão ambiental, em especial:

I – fiscalização do cumprimento de condicionantes de licenciamento ambiental;

II – fiscalização da existência ou não de licença ambiental em empreendimento, bem como vistorias dentro do processo de licenciamento;

III – vistorias sobre Projeto de Recomposição de Área Degradada e Alterada (PRADA) e outros procedimentos de atribuição do órgão ambiental;

IV – fiscalizações sobre ilícitos ambientais comunicados ao IMASUL pelo Ministério Público.

Parágrafo único. Não serão atendidas pelo convênio as solicitações que possam ser acolhidas mediante simples apresentação de laudo técnico particular, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica, conforme Recomendação n. 03/2017, da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 3º Os pedidos de informações que ensejem a necessidade de vistorias em campo por parte do IMASUL, serão registrados, autuados e encaminhados ao Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA/CAOHURB, que emitirá parecer sobre a incidência ou não das hipóteses previstas no artigo anterior.

Art. 4º Após a emissão de parecer do Núcleo Ambiental, o pedido será encaminhado à Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa para decisão e, se deferido, encaminhado ao órgão ambiental.

Art. 5º Havendo resposta do órgão ambiental, com data para a vistoria e definição de equipe, será encaminhada para a Secretaria-Geral visando agendamento de disponibilização de veículos e abertura do procedimento de pagamento de diárias.

§ 1º A data sugerida para realização da vistoria deverá ser informada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a contar do protocolo no Ministério Público, conforme consta na Resolução nº 009/2017-PGJ, de 23 de junho de 2017, que dispõe sobre a aquisição, locação, utilização e gestão operacional e patrimonial da frota de veículos oficiais, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 2º O pedido de pagamento de diárias deverá obedecer o disposto na Resolução nº 009/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, que regulamenta a concessão de diárias aos servidores deste Ministério Público Estadual, conforme item 4.2, alínea “c”, do Convênio firmado entre o Ministério Público de Mato Grosso do Sul e o IMASUL.

§ 3º Tanto a Secretaria-Geral quanto a Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa poderão solicitar parecer do Núcleo Ambiental ou do Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução (DAEX), na hipótese de necessidade de esclarecimento sobre a composição da equipe técnica designada.

Art. 6º Os laudos e informações decorrentes do convênio serão encaminhados à Procuradoria-Geral de Justiça que remeterá à Promotoria de Justiça solicitante.

Art. 7º Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2096/2018-PGJ, DE 19.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 1888/2018-PGJ, de 4.6.2018, na parte em que se concedeu férias regulamentares ao então servidor Uendel Roger Galvão Monteiro, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.8.2018, bem como a conversão em abono pecuniário no período de 5 a 14.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2103/2018-PGJ, DE 20.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 19.6.2018, as férias da servidora Mirtes Amin Fonseca Bernardes, concedidas por meio da Portaria nº 4133/2017-PGJ, de 29.11.2017, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 15 a 19.10.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2104/2018-PGJ, DE 20.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Marlene Falco de Lima, por meio da Portaria nº 1093/2018-PGJ, de 27.3.2018, que seriam usufruídas no período de 4 a 13.6.2018, a serem usufruídas no período de 27.6 a 6.7.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2115/2018-PGJ, DE 20.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias ao servidor Carlos Edoardo Novoa Borges de Barros Reis, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 23.7 a 1º.8.2018 e 1º a 10.10.2018, passe a constar: Período de Gozo – 25.6 a 14.7.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2120/2018-PGJ, DE 20.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 11.6.2018, as férias da servidora Ariele Aurora Almeida Moreira da Rosa, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 8 a 10.10.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2126/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Daniele Aparecida Souza Albuquerque Moura, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste Órgão, em virtude de divórcio em 7.11.2013, de modo que passe a constar Daniele Aparecida Souza.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2128/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Correspondências, no dia 18.6.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Wanessa Barbosa Santana.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 2129/2018-PGJ, DE 21.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Márcia Côrrea Duarte Hoffmeister, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Execução Financeira, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Finanças e Planejamento, no dia 20.6.2018, em razão de afastamento para realização de curso da titular, Elisa Mari Kihara Zaha.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**ESCOLA SUPERIOR****AVISO Nº 103/2018 - XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, declara a Decadência do direito do ser empossada da candidata aprovada no XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul abaixo relacionada, nos termos do item 10, IX do Edital nº 001/2017-CEAF, de 16 de março de 2017, publicado no DOMP nº 1467, de 17 de março de 2017.

**1.1 REGIÃO DE CAMPO GRANDE**

Bacharéis em Direito Nível Pós-Graduação

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
JOSIANE FERREIRA ANTUNES ALVES	126	Aviso nº 099/2018-GED

Campo Grande, 21 de junho de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO O EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE002811 DE 18.06.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2050/2018.**

Credor: METRIKA COMÉRCIO E SERVIÇO DE EQUIPAMENTOS LOGÍSTICO LTDA

Ordenadora de despesa: Alexandre Magno B. Lacerda, Promotor de Justiça e Secretário-Geral em substituição do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 014/2017 – Exército Brasileiro – Comando da Aeronáutica – Grupamento de Apoio de Manaus – Ata Registro de Preços nº 14/GAD-MN/2017.

Objeto: Aquisição de estante simples modulada em aço, com colunas em chapa 14 e 04 prateleiras com cap. de carga de 350kg cada, pintura em esmalte sintético (item 226).

Valor: R\$ 144.000,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE002811 de 18.06.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.



**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0028/2018/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil 06.2018.00001848-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - SESAU

Assunto: Fiscalizar o processo de habilitação do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul em oncohematologia.

Campo Grande, MS, 20 de junho de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

**EDITAL N. 0029/2018/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil 06.2018.00001938-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBS Dona Neta.

Campo Grande, MS, 20 de junho de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

**DOURADOS****EDITAL N° 0017/2018/16PJ/DOS**

A 16.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002245-0 em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002245-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades consistentes no atraso do pagamento de salários e outras verbas de natureza alimentar aos servidores públicos do Município de Dourados.

Dourados, 15 de junho de 2018

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**IVINHEMA**

---

**EDITAL Nº 0008/2018/01PJ/IVH**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00001924-8, mediante conversão da Notícia de Fato n.º 01.2018.00002985-7, que está à disposição de quem possa interessar na Praça dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79.740-000, fone (67) 3442-1590.

Inquérito Civil Nº 06.2018.00001924-8.

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Empresa de Telefonia OI S/A.

Assunto: Apurar eventuais práticas abusivas e irregularidades na prestação de serviços de internet banda larga e telefonia fixa pela Empresa OI S/A no município de Ivinhema/MS

Ivinhema/MS 20 de junho de 2018

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça

---

**MIRANDA**

---

**EDITAL Nº 013/2018**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Preparatório 06.2018.00001969-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: apurar supostas irregularidades na contratação de prestadores de serviços, pela Prefeitura Municipal de Bodoquena, entre os meses de outubro e novembro de 2016.

Miranda/MS, 20/06/2018.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça

---

**SIDROLÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 019/2018/02PJ/SDN**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Espírito Santo, nº 1.383, Centro, Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001993-7.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Sidrolândia;

Assunto: “Apurar eventual irregularidade e/ou omissão da Lei Municipal n. 109/2015, quanto às normas e condições para parcelamento e uso do solo urbano”.

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. 030/2016/2ªPJS para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Sidrolândia/MS, 20 de junho de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 020/2018/02PJ/SDN**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Espírito Santo, nº 1.383, Centro, Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001995-9.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Jefferson Yuri de Carvalho;

Assunto: “Apurar a existência de dano ambiental em área de APP, localizada as margens da BR-060, neste município, conforme auto de infração nº 15642 do IMASUL”.

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. 004/2016/2ªPJS para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Sidrolândia/MS, 20 de junho de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 021/2018/02PJ/SDN**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Espírito Santo, nº 1.383, Centro, Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001996-0.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Proprietário das Fazendas Ribeirãozinho e Brejão;

Assunto: “Analisar a conformidade, com a legislação vigente, das áreas de reserva legal, preservação permanente e ocupação do solo da fazenda, em atenção ao projeto desenvolvido na 2ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia (Projeto 001 – grandes propriedades), implantado para averiguar a situação jurídico-ambiental dos imóveis rurais do município, em ordem decrescente de tamanho”.

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. 017/2013/2ªPJS para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Sidrolândia/MS, 20 de junho de 2018.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**ANAUROLÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 0003/2018/PJ/AID**

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS – telefone (67) 3445-1393.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001981-5.

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): Milton José de Oliveira.

Assunto: Apurar conduta incompatível com a dignidade e o decoro da função de conselheiro tutelar por parte de MILTON JOSÉ DE OLIVEIRA ao difundir juízo depreciativo e ofensivo a Policial Militar no exercício da função.

Anaurilândia/MS, 20 de junho de 2018

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

---

**PORTO MURTINHO**

---

**EDITAL Nº 0014/2018/PJ/PTM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a conversão do Procedimento Notícia de Fato n. 01.2017.00008344-7 em Inquérito Civil n. 06.2018.00001847-1, o qual se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2018.00001847-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de funcionários (sem concurso público e falta de licitação) pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Município de Porto Murtinho.

Porto Murtinho, 20 de junho de 2018.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça

---

**RIO NEGRO**

---

**EDITAL N. ° 34/2018**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n. ° 06.2018.00001812-7, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n. ° 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n. ° 06.2018.00001812-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corguinho

Assunto: “Apurar irregularidades existentes no tratamento e destinação dos resíduos sólidos no Município de Corguinho/MS”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. ° 14/2015 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Rio Negro, 21 de junho de 2018.

**THIAGO BONFATTI MARTINS**

Promotor de Justiça